MAIS MENINAS E MULHERES NA ENSP/FIOCRUZ
CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA CIÊNCIA EMANCIPATÓRIA

FIOCRUZ MULHERES E MENINAS NA CIÊNCIA

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
ENSP

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

OFICINA

MAIS MENINAS E MULHERES NA ENSP/FIOCRUZ

CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA CIÊNCIA EMANCIPATÓRIA

CARTA DE RECOMENDAÇÕES

RIO DE JANEIRO | NOVEMBRO DE 2022

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Presidência
Nísia Trindade Lima

Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde
Patricia Canto Ribeiro

Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação
Cristiani Vieira Machado

Vice-Presidência de Gestão e Desenvolvimento Institucional
Mario Santos Moreira

Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas
Rodrigo Correa de Oliveira

Vice-Presidência de Produção e Inovação em Saúde
Marco Aurelio Krieger

Coordenação de Divulgação Científica e do Programa Mulheres e Meninas na Ciência
Cristina Araripe

ESCOLA NACIONAL DA SAÚDE PUBLICA SERGIO AROUCA

Diretor
Marco Antônio Carneiro Menezes

Vice-Diretora de Ensino (VDE)
Enirtes Caetano Prates Melo

Vice-Diretora da Escola de Governo em Saúde (VDEGS)
Marismary Horsth de Seta

Vice-Diretora de Pesquisa e Inovação (VDPI)
Luciana Dias Lima

Vice-Diretora de Ambulatórios e Laboratórios (VDAL)
Fatima Maria Gomes da Rocha

Vice-Diretor de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG)
Alex Molinaro

OFICINA
MAIS MENINAS E MULHERES NA ENSP/FIOCRUZ:
CONSTRUINDO CAMINHOS PARA UMA CIÊNCIA EMANCIPATÓRIA

Coordenação geral
Luciana Dias de Lima (VDPI/ENSP/Fiocruz)

Comitê Organizador
Angela Esher (NAF/ENSP/Fiocruz)
Bianca Dieile (DSSA/ENSP/Fiocruz)
Cristiane Batista Andrade (CLAVES/ENSP/Fiocruz)
Isabela Soares Santos (DAPS/ENSP/Fiocruz)
Jussara Rafael Angelo (DENSP/ENSP/Fiocruz)
Maria Nair Rodrigues Salvá (DENSP/ENSP/Fiocruz)
Mariana Vercesi de Albuquerque (DAPS/ENSP/Fiocruz)
Patricia Constantino (CLAVES/ENSP/Fiocruz)
Vera Lucia Marques da Silva (CLAVES/ENSP/Fiocruz)

Relatoria
Camila Athayde de Oliveira Dias (PPGSP/ENSP/Fiocruz)
Caroline Dias de Queiroz (PPGSP/ENSP/Fiocruz)
Gabrieli Branco Martins (PPGSP/ENSP/Fiocruz)
Thaíssa Fernanda Kratochwill de Oliveira (PPGSP/ENSP/Fiocruz)

Apoio executivo
Cristiane Fernandes (VDPI/ENSP/Fiocruz)
Gabriela Protázio (VDPI/ENSP/Fiocruz)

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (CCI/ENSP/Fiocruz)

Coordenador
Filipe Leonel Vargas

Revisão de texto
Ana Lucia Normando

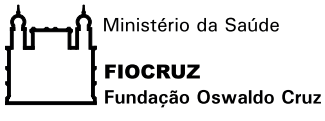
Projeto gráfico e diagramação
Carlos Fernando Reis

Logomarca e identidade visual
Adriana Carvalho

Jornalismo
Tatiane Vargas

Edição de vídeo
Fabio Ferreira

Fotografia
Virgínia Damas



INTRODUÇÃO

Mulheres e meninas desempenham papel fundamental na sociedade, e sua participação deve ser estimulada e fortalecida nas diversas áreas de pesquisas científicas e tecnológicas. Em 22 de dezembro de 2015, a Assembleia das Nações Unidas instituiu o Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência, 11 de fevereiro, com o propósito de promover o acesso integral e igualitário de mulheres e meninas em atividades acadêmicas. A iniciativa vai ao encontro do Objetivo 5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, instituída em setembro de 2015.

Entretanto, apesar dos esforços empreendidos, de acordo com a Unesco, as mulheres continuam a ser excluídas: mais de 70% dos pesquisadores do mundo são homens. As desigualdades se expressam de diversas formas, inclusive na probabilidade de estudantes se formarem com bacharelado, mestrado e doutorado em ciências. Enquanto, no sexo feminino, essa probabilidade é, respectivamente, de 18%, 8% e 2%, entre os alunos do sexo masculino ela é de 37%, 18% e 6%. Isso se deve a vários fatores, tais como a maternidade e atividades domésticas que recaem sobre as mulheres e impactam sua trajetória profissional.

No Brasil, as desigualdades e iniquidades de gênero são ainda mais expressivas, e o racismo e as diferenças de classe afetam de modo significativo a vida de muitas mulheres e meninas. Dessa forma, o caminho a ser percorrido em direção à equidade de gênero, quando homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e oportunidades, é longo para elas e até mais tortuoso se forem negras (pretas e pardas), indígenas, em situação econômica desfavorecida, moradoras de favelas/áreas periféricas, deficientes, lésbicas, transgêneras e todas aquelas histórica e socialmente vulnerabilizadas. Essas desigualdades, que historicamente permeiam nossa sociedade, são reproduzidas no meio acadêmico em diversas dimensões, seja no perfil das mulheres que optam pela carreira acadêmica, seja na definição de agendas de pesquisa, por exemplo. É evidente as relações interseccionais[1] de classe, gênero, geração, deficiência e raça que têm determinado a formação das(os) cientistas, a estrutura organizacional e a produção de conhecimento no Brasil e no mundo.

Segundo Cunha *et al*. (2021), embora o número de mulheres pesquisadoras apresente a tendência de crescimento no mundo, as desigualdades de gênero persistem em quatro aspectos: as mulheres ainda representam parcela minoritária no âmbito científico mundial; concentram-se em determinadas áreas de conhecimento; predominam nos níveis iniciais da carreira e são sub-representadas em posições deliberativas da política científica e tecnológica. Além disso, a autora aponta a invisibilidade de mulheres negras e indígenas na ciência, cujas raízes estão em um projeto moderno/colonial cisheteronormativo[2], que também exclui mulheres lésbicas, transgêneras e com deficiências.

---

[1] Cabe esclarecer que a interseccionalidade, como ferramenta analítica, compreende que, em um determinado contexto sócio-histórico, as categorias de raça, classe, gênero, deficiência, dentre outras, que se constituem em relações de poder, atuam de forma imbricada e unificada, afetando todos os aspectos da vida social, desde a forma como a sociedade se estrutura, suas crenças e valores às relações interpessoais (Collins, 2020).

[2] Diz-se que o projeto moderno/colonial é cisheteronormativo porque se constitui a partir de uma visão eurocêntrica de exploração dos povos, onde o referente humano é representado pelo homem europeu branco, heterossexual (dentre outras características), cujos órgãos genitais masculinos supostamente o definem como do gênero masculino (Lugones, 2014).

Dados do Censo de Educação Superior, realizado em 2016 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2016), indicam que a inserção de mulheres negras (pretas e pardas), que estão em exercício em instituições e são doutoras professoras de programas de pós-graduação, é inferior a 3%.

A ínfima participação das mulheres negras e indígenas na ciência resulta de herança histórica da formação da nossa sociedade e se constituiu alicerçada no colonialismo e na escravização de povos indígenas e africanos, que ainda perduram fortemente entre as relações sociais, e, na ciência, encontram barreiras cotidianas para que essas meninas não consigam chegar às instituições. Quando algumas delas conseguem ocupar esses espaços, na maioria das vezes, a mesma estrutura as impede de continuar suas carreiras (Ayres, et al., 2021).

Estatísticas acerca da presença de mulheres transgêneras na ciência sequer existem, haja vista a dicotomia fundante do sistema moderno/colonial de gênero, que se fundamenta em uma taxionomia cisgênera, na qual o sexo biológico feminino necessariamente corresponde ao gênero feminino, assim como ocorre com o masculino. O mesmo se observa em relação às mulheres com deficiências: as vidas socialmente valoradas como capazes são as dos corpos e cognição, categorizados como "normais" ou "perfeitos" (Clímaco, 2020).

A desigualdade social no Brasil tem o rosto das mulheres, e o avanço da democracia, da justiça social e da soberania estão intrinsecamente relacionados à promoção de políticas de equidade de gênero (Tatagiba e Custódio, 2022) e raça. Nesse sentido, a construção de uma ciência diversa e plural, segundo classe, gênero, raça e geração, além de acessível a pessoas com deficiência, é essencial para que a produção de conhecimento não subsidie apenas grupos sociais e econômicos específicos, mas que seja emancipatória e possibilite a construção de uma sociedade mais justa, pautada na defesa da vida e da dignidade humana. Uma comunidade acadêmica inclusiva requer que a diversidade se faça presente, que desigualdades sejam contestadas e todas as pessoas sejam tratadas com respeito, possibilitando a geração de ideias plurais que produzam novas perspectivas e promovam avanços na produção do conhecimento e na organização da vida acadêmica (Revista Mulheres na Ciência, 2020).

Partindo dessas premissas, esta carta reúne as recomendações elaboradas como um dos produtos da oficina "Mais meninas e mulheres na ENSP/Fiocruz: construindo caminhos para uma ciência emancipatória"[3]. Realizada entre os dias 17 e 18 de agosto de 2022, a oficina envolveu a participação de cerca de 140 meninas e mulheres com perfis diversos da ENSP e da Fiocruz, de movimentos sociais e instituições parceiras.

Na ocasião, foi possível estabelecer diálogos sobre o significado da ciência nas diferentes trajetórias de vida, os avanços e as dificuldades que ainda persistem, além do que é necessário e possível fazer para propiciar e fortalecer a participação de mais meninas e mulheres nas ciências em nossa instituição.

[3] A oficina envolveu a conformação de Comitê Organizador composto de quatorze (14) membros, incluindo integrantes do GT 'Diversidade e Equidade', servidoras em atividade de pesquisa dos Departamentos e Centros e alunas do PPGSP (mestrado e doutorado) da ENSP/Fiocruz: Angela Esher, Bianca Dieile, Camila Athayde de Oliveira Dias, Caroline Dias de Queiroz, Cristiane Batista Andrade, Gabrieli Branco Martins, Isabela Soares Santos, Jussara Rafael Angelo, Luciana Dias de Lima, Maria Nair Rodrigues Salvá, Mariana Vercesi de Albuquerque, Patricia Constantino, Thaíssa Fernanda Kratochwill de Oliveira, Vera Lucia Marques da Silva.

A carta de recomendações busca contribuir com os esforços empreendidos pela Fiocruz de afirmação da importância de inclusão de mais meninas e mulheres em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país[4]. Entendemos que a ciência e a tecnologia aplicada à Saúde Pública/Saúde Coletiva, em que a atuação da ENSP/Fiocruz se destaca, é um campo propício para essa construção.

CONTEXTO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

As reflexões que ora se apresentam partem das discussões que ocorreram durante a Oficina Mais Meninas e Mulheres na Ciência.

A pluralidade de mulheres e meninas presentes no evento, atravessadas por diferentes marcadores sociais – territoriais, etários, raciais, cis/transgêneros, de orientações sexuais, deficiências, camadas sociais, dentre outras –, apontam para a impossibilidade de se pensar a categoria mulher como uma identidade única. A combinação desses marcadores produz opressões sociais, experiências de vida e resistências distintas, sinalizando a complexidade do enfrentamento às desigualdades sociais, a importância do diálogo e da valorização da diversidade. Dentre as inúmeras questões debatidas, a que bem exemplifica essa afirmação diz respeito às tensões intergeracionais.

Por um lado, meninas na academia sinalizaram a dificuldade em se manter estudando e colaborando com pesquisas frente a bolsas cujos valores estão defasados faz tempo. Jovens cientistas apontaram a dificuldade em ter seu trabalho reconhecido, uma vez que o respeito à hierarquia e a valorização do tempo de experiência definem o *modus operandi* das rotinas acadêmicas. A maternidade é outro ponto sensível. A maneira como a academia quantifica a produção científica e a relaciona com as oportunidades de desenvolvimento profissional (recursos para projetos de pesquisa, bolsas de pesquisa, credenciamento em programas de pós-graduação, dentre outros), desconectada de uma realidade social que historicamente responsabiliza as mulheres pelo cuidado familiar, dificulta sobremaneira o trabalho de cientistas mães, promovendo desigualdades entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres.

Por outro, cientistas de longa data, apesar de perceberem os inúmeros avanços obtidos pelas lutas das mulheres, denunciam seu paulatino apagamento institucional associado ao envelhecimento. A princípio, pode parecer contraditório o apagamento das mulheres idosas em um meio profissional que valoriza o acúmulo de conhecimento obtido ao longo do tempo, mas não é. O envelhecimento de homens e mulheres é percebido socialmente de forma bem distinta. A título de ilustração, enquanto

[4] Os esforços empreendidos pela Fiocruz para a promoção da equidade de gênero e raça na ciência são diversos. Entre os documentos e políticas de referência destacam-se: o relatório final do IX Congresso Interno da Fiocruz (https://congressointerno.fiocruz.br/sites/congressointerno.fiocruz.br/files/documentos/IX%20Congresso%20Interno%20Fiocruz%20-%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf), o Plano de Desenvolvimento Institucional da Educação da Fiocruz 2021-2025 (PDIE_Fiocruz_2021-2025.pdf), a Política de Equidade e Diversidade Étnico-Racial e de Gênero da Fiocruz (https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-equidade-etnico-racial-e-de-genero-da-fiocruz) e a Política de Apoio ao Estudante da Fiocruz (https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=content/66381) – as duas últimas em consulta pública em 14/11/22.

os cabelos brancos dos homens são vistos como charmosos, e as experiências vivenciadas e saberes de vida adquiridos os tornam homens "bem vividos", as mulheres, por sua vez, são consideradas descuidadas ao deixarem seus cabelos brancos à vista e inúteis ao perderem sua capacidade reprodutiva. Dos homens, portanto, espera-se experiência – patrimônio cumulativo que o acompanha ao longo de toda a vida. Das mulheres, procriação – experiência que atravessa uma pequena parte de seu ciclo de vida. Tais aspectos expressam lugares sociais marcados por status distintos. Não à toa, uma das perguntas que ecoou na oficina foi: "O que faço com o conhecimento e a experiência que adquiri ao longo de toda a minha vida? A quem eles interessam?"

Nesse frutífero diálogo intergeracional, críticas à própria definição do que é ciência, ao processo que a constituiu e destituiu saberes outros relacionados aos povos originários das Américas e aos povos africanos escravizados também atravessaram o debate. Foram ressaltadas a importância de políticas e de novas abordagens que promovam a inclusão e a diversidade de pessoas e saberes no âmbito acadêmico.

Pode-se inferir, com base nesse breve relato, que o momento histórico-político exige atenção e inclusão de grupos socialmente excluídos, particularmente mais meninas e mulheres nas ciências, o que demanda significativa capacidade de diálogo democrático para o enfrentamento das inúmeras injustiças sociais que assolam nosso país e a construção de um mundo sustentável, tal como preconiza os objetivos do milênio.

Nós, mulheres da ENSP e da Fiocruz, demonstramos, no decorrer da oficina, disposição e comprometimento com essa agenda. Juntas, sigamos em frente!

RECOMENDAÇÕES

As recomendações foram organizadas em quatro eixos estratégicos que incluem 18 diretrizes.

Eixo 1. Políticas e programas institucionais

Diretrizes

- Apoiar a implantação da política de equidade e diversidade étnico-racial e de gênero da Fiocruz.
- Fomentar uma cultura institucional que tenha a equidade e a diversidade como um valor, presente em todas as dimensões de atuação da ENSP/Fiocruz.
- Difundir e promover a institucionalização do Programa Mulheres e Meninas na Ciência com atividades anuais na ENSP/Fiocruz.
- Fomentar práticas de combate a violências de gênero, raça e deficiências na ENSP/Fiocruz.

Eixo 2. Conhecimento, conscientização e participação

Diretrizes

- Promover a realização de estudos sistemáticos voltados para identificação e análise das desigualdades e violências de gênero na sociedade, nas ciências e na ENSP/Fiocruz, que possam apoiar políticas e ações voltadas para a inclusão e a diversidade.

- Ampliar a difusão de resultados de estudos nacionais e internacionais sobre desigualdades e diversidade de gênero nas ciências.
- Estimular a realização de programas e eventos que permitam dar visibilidade às importantes contribuições das mulheres e meninas nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento da Saúde na ENSP/Fiocruz.
- Promover a formação/qualificação profissional das(os) trabalhadoras(es) da instituição em abordagens, conceitos e técnicas que garantam a inclusão e a diversidade na ENSP/Fiocruz.
- Estimular a participação de todas e todos nos espaços de debate sobre a promoção da equidade de gênero na Fiocruz, em seus múltiplos recortes e dimensões, visando criar um ambiente e uma cultura institucional de direitos e oportunidades.
- Aprimorar e expandir o diálogo intergeracional na ENSP/Fiocruz.

Eixo 3. Acesso, permanência e progressão na carreira

Diretrizes

- Desenvolver estratégias e iniciativas que permitam superar os obstáculos socioeconômicos enfrentados por meninas e mulheres na Fiocruz e apoiá-las na construção de trajetórias de sucesso e realização profissional.
- Garantir a acessibilidade de mulheres e meninas com deficiências na ENSP/Fiocruz, atentando-se para as diferentes deficiências, tais como cognitiva, auditiva, visual e de locomoção.
- Garantir ambiente institucional e infraestrutura que respeite os direitos de mulheres transgêneras, no que se refere, por exemplo, ao uso do nome social e ao acesso ao banheiro feminino.
- Garantir os direitos à maternidade, à parentalidade e às atividades de cuidado familiar, de modo a criar um ambiente institucional de estímulo, proteção, participação e permanência de meninas e mulheres com diferentes vínculos e inserções na ENSP/Fiocruz.
- Garantir ações afirmativas para meninas e mulheres negras, indígenas, transgêneras e/ou de escolas públicas.
- Apoiar jovens cientistas para que possam se fortalecer e permanecer em suas carreiras.

Eixo 4. Representatividade política e científica na instituição

Diretrizes

- Garantir a participação, o destaque, a permanência e a pluralidade de mulheres e meninas no acesso a financiamento de pesquisas, na produção e na divulgação científica e em posições hierárquicas atreladas à tomada de decisões na instituição.
- Promover condições políticas e institucionais para que saberes e epistemologias feministas, particularmente de mulheres negras, indígenas e trans sejam valorizadas nos cursos oferecidos e nas pesquisas desenvolvidas na ENSP/Fiocruz.

Quadro. Recomendações para a promoção da equidade de gênero e a inclusão de mais meninas e mulheres na ENSP/Fiocruz

Eixo	Diretrizes
Políticas e programas institucionais	▸ Apoiar a implantação da política de equidade e diversidade étnico-racial e de gênero da Fiocruz. ▸ Fomentar uma cultura institucional que tenha a equidade e a diversidade como um valor presente em todas as dimensões de atuação da ENSP/Fiocruz. ▸ Difundir e promover a institucionalização do Programa Mulheres e Meninas na Ciência com atividades anuais na ENSP/Fiocruz. ▸ Fomentar práticas de combate a violências de gênero, raça e deficiências na ENSP/Fiocruz.
Conhecimento, conscientização e participação	▸ Promover a realização de estudos sistemáticos voltados para identificação e análise das desigualdades e violências de gênero na sociedade, nas ciências e na ENSP/Fiocruz, que possam apoiar políticas e ações voltadas para a inclusão e a diversidade. ▸ Ampliar a difusão de resultados de estudos nacionais e internacionais sobre desigualdades e diversidade de gênero nas ciências. ▸ Estimular a realização de programas e eventos que permitam dar visibilidade às importantes contribuições das mulheres e meninas nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento da Saúde na ENSP/Fiocruz. ▸ Promover a formação/qualificação profissional das(os) trabalhadoras(es) da instituição em abordagens, conceitos e técnicas que garantam a inclusão e a diversidade na ENSP/Fiocruz. ▸ Estimular a participação de todas e todos nos espaços de debate sobre a promoção da equidade de gênero na Fiocruz, em seus múltiplos recortes e dimensões, visando criar um ambiente e uma cultura institucional de direitos e oportunidades. ▸ Aprimorar e expandir o diálogo intergeracional na ENSP/Fiocruz.
Acesso, permanência e progressão na carreira	▸ Desenvolver estratégias e iniciativas que permitam superar os obstáculos socioeconômicos enfrentados por meninas e mulheres na Fiocruz e apoiá-las na construção de trajetórias de sucesso e realização profissional. ▸ Garantir a acessibilidade de mulheres e meninas com deficiências na ENSP/Fiocruz, atentando-se para as diferentes deficiências, tais como cognitiva, auditiva, visual e de locomoção. ▸ Garantir ambiente institucional e infraestrutura que respeite os direitos de mulheres transgêneras, no que se refere, por exemplo, ao uso do nome social e ao acesso ao banheiro feminino. ▸ Garantir os direitos à maternidade, à parentalidade e às atividades de cuidado familiar, de modo a criar um ambiente institucional de estímulo, proteção, participação e permanência de meninas e mulheres com diferentes vínculos e inserções na ENSP/Fiocruz. ▸ Garantir ações afirmativas para meninas e mulheres negras, indígenas, transgêneras e/ou de escolas públicas. ▸ Apoiar jovens cientistas para que possam se fortalecer e permanecer em suas carreiras.
Representatividade política e científica na instituição	▸ Garantir a participação, o destaque, a permanência e a pluralidade de mulheres e meninas no acesso a financiamento de pesquisas, na produção e na divulgação científica e em posições hierárquicas atreladas à tomada de decisões na instituição. ▸ Promover condições políticas e institucionais para que saberes e epistemologias feministas, particularmente de mulheres negras, indígenas e trans sejam valorizadas nos cursos oferecidos e nas pesquisas desenvolvidas na ENSP/Fiocruz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ayres, Constância; Cuentro, Ana Cecília; Nascimento, Marilia. Mulheres na ciência: relato do caso do projeto 'Meu verão na Fiocruz'. Saúde em Debate 2021; 45 (spe1): 200-211. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-11042021E115. Acesso nov 2022.

Clímaco, Júlia Campos. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. Revista Estudos Feministas 2020; 28(1): e54235. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n154235 . Acesso nov 2022.

Collins, Patricia Hill. Interseccionalidade [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

Cunha, Rocelly; Dimenstein, Magda; Dantas, Candida. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. Saúde em Debate 2021; 45 (spe1): 83-97. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107>. ISSN 2358-2898. https://doi.org/10.1590/0103-11042021E107. Acesso nov 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – 2016

Lugones, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas 2014; 22(3): 935-952. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577. Acesso nov 2022.

Revista Mulheres na Ciência, n.2, 2020. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/revista_mulheres_na_ciencia_-_edicao_no_2-fg.pdf. Acesso nov 2022.

Tatagiba, Luciana Ferreira; Custódio, Sueli. Cientistas brasileiras em movimento. Cadernos de Saúde Pública 2022; 38 (7): e00083322. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT083322 https://doi.org/10.1590/0102-311XEN083322>. Acesso nov 2022.

VÍDEOS

Mais mulheres e meninas na ENSP/Fiocruz: construindo caminhos para uma ciência emancipatória I [YouTube]. 2022. Vídeo 17,05 min.

https://www.youtube.com/watch?v=tcERHAIq7Ws

Mais mulheres e meninas na ENSP/Fiocruz: construindo caminhos para uma ciência emancipatória II [YouTube]. 2022. Vídeo 5,10 min.

https://www.youtube.com/watch?v=kCeKEJzaTBw